



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 30ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE FORTALEZA/CE


PROCESSO: 01333346120188060001

**SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **HILDO JOAO DE ARAUJO**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.<sup>ª</sup>, em cumprimento ao referido despacho de fls., expor para ao final requerer o que se segue:

A parte autora alegou em sua peça vestibular que foi vítima de acidente automobilístico, restando permanentemente inválida, pleiteando em juízo uma suposta diferença do valor indenizatório liquidado na esfera administrativa.

Deste modo, foi nomeado perito por esse d. juízo, a fim de se verificar qual o grau da suposta Invalidez da parte autora.

Requerida a indenização em sede administrativa, foi apurada lesão no **membro inferior direito** com repercussão média (50%), efetuando o pagamento no valor de R\$4.725,00 e no **membro tornozelo esquerdo** com repercussão intensa (75%), efetuando o pagamento no valor de R\$2.531,25 :

<b>PARECER DE ANÁLISE MÉDICA</b>		 <b>Seguradora Líder dos Consórcios de Seguro DPVAT</b>		
<b>DADOS DO SINISTRO</b>				
<b>Número:</b> 3160439876	<b>Cidade:</b> Viçosa do Ceará	<b>Natureza:</b> Invalida Permanente		
<b>Vítima:</b> HILDO JOAO DE AVALIO	<b>Data do acidente:</b> 12/10/2015	<b>Seguradora:</b> Investpro Seguradora S/A		
<b>PARECER REALIZADO COM BASE NA DOCUMENTAÇÃO MÉDICA APRESENTADA PELA VÍTIMA</b>				
<b>Data da análise:</b> 03/08/2016				
<b>Valorização da IML:</b> 0				
<b>Diagnóstico:</b> FRATURA DE PERNA DIREITA E TORNOZELO ESQUERDO				
<b>Resultados terapêuticos:</b> COM SEQUELA				
<b>Sequelas permanentes:</b> LIMITAÇÃO FUNCIONAL MI DIREITO/TORNOZELO ESQUERDO				
<b>Sequelas:</b> Com sequela				
<b>Conduta médica:</b>				
<b>Quantificação das sequelas:</b> INVALIDEZ PARCIAL MI DIREITO: 50% DE 70% = 35% / TORNOZELO ESQUERDO: 75% DE 25% = 18,75%				
<b>Documentos complementares:</b>				
<b>Observações:</b>				
<b>DANOS</b>				
DANOS CORPORAIS COMPROVADOS	Percentual da Perda (Tabela da Lei 6.194/74)	Enquadramento da Perda (art 3º § 1º da Lei 6.194/74)	% Apurado	Indenização pelo dano
Perda funcional completa de um dos membros inferiores	70 %	Em grau médio - 50 %	35%	R\$ 4.725,00
Perda completa da mobilidade de um tornozelo	25 %	Em grau intenso - 75 %	18,75%	R\$ 2.531,25
<b>Total</b>			<b>53,75 %</b>	<b>R\$ 7.256,25</b>
<b>PRESTADOR</b>				

Após o deferimento da produção de perícia judicial médica, foi elaborado laudo pericial apurando lesão no membro inferior direito com repercussão media (50%), ocorrendo nesta a QUITAÇÃO ADMINISTRATIVA, pois **corresponde ao pagamento efetuado administrativamente** na monta de **R\$ 4.725,00 (quatro mil setecentos e vinte e cinco reais)**, bem como lesão no membro inferior esquerdo com repercussão total.

Importante esclarecer que, conforme demonstram os próprios documentos de atendimento médico apresentados pela parte autora, A SEGUNDA LESÃO FOI OCASIONADA NO TORNOZELO ESQUERDO E NÃO NO MEMBRO INFERIOR EM SUA TOTALIDADE.

[illegible]

**ETIQUETA DE IDENTIFICAÇÃO**

*Relato Lúcio de Araújo*

HDA: # Recorde colossado dia 12/10/15 vítima de atropelamento  
apresenta fratura exposta de pério tibial direito e de tornozelo  
esquerdo. Realiza estenógrafas com delta em UED e entesóntes

EXAME FÍSICO: de tornozelo esquerdo. Nervito de um novo  
primórdio cunhado em tornozelo direito mas devido a gra  
vidade da fratura recente de transpôntico para FJF

EXAMES REALIZADOS: (transpôntico se soliciada).  
# exame físico: FQs limpas e secas

DIAGNÓSTICO: Fratura de pério tibial direito

CONDUTA: Manter antibioticos: cefepime e amoxicilina

Dr. FABIANA NEGREIROS DE AZEVEDO - Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, protocolado em 18/05/2018 às 15:54

Primordial se faz ressaltar que o exame pericial médico deve ser realizado com a observação de todas as informações da casuística, principalmente, analisando os documentos de atendimento médico da data do acidente.

DESTA FORMA, REQUER A INTIMAÇÃO DO EXPERT PARA ESCLARECER A RAZÃO PELA QUAL APURA LESÃO NO MEMBRO INFERIOR ESQUERDO (E GRADUA EM SUA TOTALIDADE) SE O SEGMENTO AFETADO NO ACIDENTE FOI O TORNOZELO ESQUERDO, BEM COMO, PARA GRADUAR O SEGMENTO CORRETO, TORNOZELO ESQUERDO.

Em caso de condenação, requer a aplicação da a tabela inserida na Lei 11.945/09, devendo ainda ser observado o pagamento administrativo realizado na monta de **R\$ 7.256,25 (sete mil e duzentos e cinquenta e seis reais e vinte e cinco centavos)**.

Nestes Termos,  
Pede Deferimento,

FORTALEZA, 16 de junho de 2020.

**JOÃO BARBOSA**  
**OAB/CE 27954-A**

**FABIO POMPEU PEQUENO JUNIOR**  
**14752 - OAB/CE**

